

AÇÃO AMAERJ

Requerimento da Amaerj é deferido pelo Tribunal de Justiça



A presidente do TJ-RJ, desembargadora Leila Mariano, e o presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto

Em 30 de abril, o TJ-RJ deu início ao pagamento da correção monetária da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) aos aposentados e pensionistas, como resultado do deferimento, pelo Tribunal, de requerimento protocolado no dia 5, pela Amaerj. Também em abril, a Associação protocolou requerimento que atende pleito dos juízes do Grupo de Sentenças.

Pág. 02

Regional da Amaerj em Niterói recebeu a visita da presidente do TJ-RJ



Dezenas de magistrados participaram do encontro com a presidente do Tribunal de Justiça do Rio

Reunidos na 1ª Regional da Amaerj, em Niterói, mais de 40 magistrados participaram de encontro com a presidente do TJ-RJ, desembargadora Leila

Mariano. Na ocasião, a magistrada debateu sobre temas de interesse da classe e participou de cerimônia oficial.

Pág. 14

AÇÃO AMAERJ

Parceria oficializada com a Jusprev

A Amaerj acaba de assinar contrato com a Jusprev, o que trará benefícios aos associados na aquisição de planos oferecidos pela entidade de previdência privada.

Pág. 03

Brasil contra a impunidade!

Amaerj apoia campanha “Brasil contra a impunidade!” e participa de ato público promovido pela Amperj. Objetivo é questionar a PEC 37/2011.

Pág. 03

Soluções para audiências criminais

A Amaerj reuniu-se com o secretário de Estado da Administração Penitenciária para buscar solução aos problemas que provocam a ausência de presos nas audiências criminais.

Pág. 07

ESPORTES

Ouro nos Jogos das Magistratura

Terminou em 21 de abril uma das mais importantes competições esportivas voltada à magistratura. Confira os resultados da Amaerj, que foi ouro no basquete e no futsal. Associação também se destacou nos esportes individuais, durante os VI Jogos Nacionais da Magistratura.

Pág. 16

Associados começam a receber pagamentos de correções do PAE

Além de obter deferimento em favor dos aposentados e pensionistas, a Amaerj protocolou, no mesmo período, requerimento relativo ao Grupo de Sentenças

Em 24 de abril, a presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), desembargadora Leila Mariano, deferiu o requerimento da Amaerj, protocolado em 5 de abril, sobre as distorções no pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) aos aposentados e pensionistas. Os magistrados aposentados começarão a receber o pagamento parcelado dos valores relativos à correção monetária do PAE a partir de 30 de abril. A Associação enfatiza que a atitude da desembargadora demonstra mais uma vez o reconhecimento da valiosa contribuição dos magistrados que no passado solidificaram as bases para o Judiciário fluminense ser reconhecido hoje como o mais eficiente do Brasil.

No requerimento, a Associação pleiteou que o Tribunal adotesse a data limite de 31 de março de 2013 para elaborar o cálculo dos juros e correção monetária das parcelas já quitadas da PAE, iniciando-se o pagamento proporcional aos aposentados e pensionistas a partir de abril. Segundo o texto do requerimento, a magistratura brasileira, de acordo com o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), passou a receber a denominada PAE com o intuito de reparar uma injustiça remuneratória. Por se tratar de débito de exercícios anteriores, grande parte dos beneficiados já se encontrava aposentada quando o pagamento foi iniciado. Para

este grupo foi estabelecido o pagamento parcelado, que será quitado em definitivo até agosto de 2018, aproximadamente.

Ainda segundo o texto, a administração do tribunal fluminense, a partir de março deste ano, iniciou o pagamento do direito reconhecido de percepção de juros e correção monetária do biênio inicial do benefício. Sendo assim, atualmente todos os magistrados ativos, beneficiários do PAE, estão recebendo este pagamento.

No requerimento, um dos questionamentos da Associação refere-se ao início do pagamento dessas parcelas aos aposentados e pensionistas. O TJ-RJ adotou o entendimento que grande parte deste grupo só poderia começar a recebê-las após o término do primeiro parcelamento, que será em 2018, restando ainda cinco anos para ter início.

Em 11 de abril, a Amaerj também protocolou requerimento administrativo referente à elevação do número de sentenças de mérito exigidas aos juízes designados para o Grupo de Sentença do TJ-RJ. A Associação questiona a majoração do número de sentenças que passou de 50 para 60. Segundo o requerimento, “tal aumento acarretará sobrecarga de trabalho afastando-se critério sedimentado há muitos anos e que produziu os efeitos desejados pelo Tribunal de Justiça”. O requerimento foi motivado pela reunião realizada dois dias antes com juízes que integram o Grupo.

Ato em prol das eleições diretas

Associação mobilizou magistrados de todo o Brasil e apresentou abaixo-assinado

Com apoio de diversas associações estaduais de magistrados, em 29 de abril, a Amaerj realizou uma mobilização e apresentou abaixo-assinado com o intuito de implantar a eleição direta no Poder Judiciário, por simples mudança no Regimento Interno do TJ-RJ.

Segundo o presidente Cláudio dell’Orto, tal iniciativa busca mobilizar parlamentares do Rio para aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 187/2012 (PEC das Diretas Já no Judiciário), no Congresso Nacional.

“A magistratura (...) espera que os representantes de nosso Estado no Congresso Nacional, e demais políticos em todos os níveis federativos dentro do Rio de Janeiro, se unam em torno deste projeto, que se alinha com os princípios republicanos e democráticos que norteiam a Constituição Federal (...)”, diz o abaixo-assinado.

CURTAS

Amaerj sorteia ingressos para ópera Aida, no Theatro Municipal

A juíza Katerine Jatahy e o desembargador Fabio Dutra foram os ganhadores no sorteio de dois pares de ingressos para assistir a ópera Aida, de Giuseppe Verdi, em 23 de abril, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. A promoção fez parte da parceria firmada recentemente pela Amaerj, para garantir a presença e facilitar o acesso dos associados aos espetáculos realizados pelo teatro.

EXPEDIENTE

Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro
Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar
Centro - Rio de Janeiro - 20010-090
Tel.: (21) 3861-1130/1116/1112
imprensa@amaerj.org.br
www.amaerj.org.br

Coordenadoria de Comunicação Social:
Desembargador Antonio José Ferreira
Carvalho, Juíza Andrea Maciel Pachá,
Editora: Ada Caperuto (MTB 24082)
Redação: Diego Carvalho, Flávia Rodrigues,
Sarita Yara

Conteúdo e responsabilidade editorial:
Ricardo Viveiros & Associados – Oficina de
Comunicação, empresa filiada à Aberj (Associação
Brasileira de Comunicação Empresarial)

Editora JC
Telefax: (21) 2240-0429
editorajc@editorajc.com.br
CTP, impressão e acabamento:
Edigráfica

AMAERJ NOTÍCIAS é um informativo mensal da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. É permitida a reprodução parcial ou total das matérias, desde que citada a fonte.

Amaerj formaliza adesão como instituidora da Jusprev

O ingresso na entidade foi uma das medidas definidas na reunião do Planejamento Estratégico de 2013



A proposta de adesão foi oficializada durante reunião realizada na sede da Amaerj

Assinado em 3 de abril, o contrato com a Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira (Jusprev) tornou oficialmente a Amaerj parte do conselho da entidade.

Isso trará benefícios aos associados, que poderão, em breve, adquirir os planos oferecidos pela única entidade de previdência privada administrada por associações de classe de carreiras de Estado.

A Amaerj recebeu uma proposta diferenciada para aderir à Jusprev. Durante um ano, a Associação pagará mensalmente a quantia de R\$ 500,00, referente ao Fundo de Cobertura das Despesas de Constituição da Entidade. Também não terá responsabilidade financeira ou comprometimento de seu patrimônio com a entidade, apenas a responsabilidade de dispor de infraestrutura e pessoal para que seja disponibilizado um posto da Jusprev na Amaerj.

O ingresso na Jusprev concretiza uma das medidas definidas na reunião do Planejamento Estratégico de 2013, realizada em janeiro.

Amaerj apoia campanha “Brasil contra a impunidade!” e participa de ato público

O presidente Claudio dell’Orto recebeu Luciano Oliveira Mattos de Souza, presidente da Amperj, para formalizar o apoio da Associação

Depois de formalizar seu apoio à campanha “Brasil contra a impunidade!”, uma iniciativa da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj), a Amaerj foi representada por seu secretário-geral, juiz Ricardo Alberto Pereira, no ato público “Brasil contra a impunidade”, promovido pela Amperj, na Confederação Nacional do Comércio, em 12 de abril.

Enquanto a campanha busca informar a sociedade, a manifestação teve o objetivo de questionar a Proposta de Emenda Constitucional que tira o poder de investigação do Ministério Público (PEC 37/2011), conhecida como PEC da Impunidade.

O evento foi conduzido pelo presidente da Amperj, Luciano Oliveira Mattos de Souza. O procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira, também apoiou o ato, que foi marcado pela presença de membros do legislativo. Participaram da manifestação os deputados federais Alessandro Molon (PT-RJ), Chico Alencar (PSOL-RJ) e Miro Teixeira (PDT-RJ). Pelo legislativo estadual, compareceu a deputada Janira Rocha (PSOL). A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também enviou representantes.



Claudio dell’Orto, da Amaerj, e Luciano Oliveira Mattos de Souza, presidente da Amperj, formalizam apoio à campanha “Brasil contra a impunidade!”



Associação também foi representada no ato público organizado pela Amperj

Manoel Alberto Rebêlo dos Santos se despede do TJ-RJ

Ex-presidente do Tribunal, o desembargador teve sua administração marcada pelos investimentos em modernização da Justiça



Luis Henrique / TJ-RJ

O desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos e a presidente do TJ-RJ, desembargadora Leila Mariano

Em 2 de abril, o desembargador do TJ-RJ Manoel Alberto Rebêlo dos Santos recebeu homenagem por sua aposentadoria. No evento, realizado no Salão Nobre da Corte, o presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, expressou a admiração e respeito pelo colega e destacou a marca

deixada por ele para o desenvolvimento da sociedade brasileira. "O principal legado é uma administração preocupada com o atendimento à população carente. Isso se traduz no investimento na modernização da Justiça Itinerante, para atender as comunidades que não têm acesso à Justiça", disse.

Presente à cerimônia, a presidente do TJ-RJ, desembargadora Leila Mariano, destacou a contribuição ao Poder Judiciário do Rio dada pelo homenageado. Também participaram do evento, o presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), deputado estadual Paulo Melo; o defensor público geral do Estado do Rio de Janeiro, Nilson Bruno Filho; a segunda subdefensora pública geral do Estado, Maria Luiza De Luna; o presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), conselheiro Thiers Vianna; e o ex-procurador-geral de Justiça do Estado, Cláudio Soares Lopes.

Em 33 anos dedicados à magistratura, e outros dez no campo da advocacia, Manoel Alberto, que presidiu o TJ-RJ no biênio 2011-2012, citou como um de seus principais legados o fato de manter uma administração baseada na cordialidade. "Eu tentei, na medida do possível, aproximar as diversas correntes existentes aqui no Tribunal. O TJ não tem partidos políticos, mas tem pessoas com posições diferentes, e isso às vezes torna mais difícil a composição desses entendimentos. Procurei aproximar todos", disse ele.

(Com informações do Jornal do Commercio)

Desembargador Sérgio Lúcio de Oliveira e Cruz foi eleito 2º vice-presidente do TJ-RJ

Magistrado está há 31 anos na carreira, tendo ingressado na Justiça Eleitoral em 1982



Luis Henrique / TJ-RJ

Em 8 de abril, o desembargador Sérgio Lúcio de Oliveira e Cruz foi eleito, com 97 votos, para o cargo de 2º vice-presidente do TJ-RJ. O magistrado ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Name-tala Machado Jorge, que deixará o Judiciário fluminense em maio deste ano.

"Eu queria agradecer a confiança. São 31 anos de carreira que estão sendo coroados neste momento. Para mim, é uma honra ser eleito 2º vice-presidente deste Tribunal", declarou o desembargador, que ingressou na magistratura em 1982 e foi vice-presidente do TRE-RJ.

(Com informações do TJ-RJ)

IMB empossa nova diretoria para o triênio 2013-2016

O presidente eleito, desembargador Roberto Guimarães, declarou que sua gestão será marcada pela democracia



O novo presidente, desembargador Roberto Guimarães

Em solenidade realizada no salão do Tribunal do Júri, no antigo Palácio da Justiça, o Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB) empossou, em 16 de abril, a nova di-

retoria para o triênio 2013-2016. Tomaram posse os desembargadores Roberto Guimarães (presidência), Nagib Slaibi Filho (1ª vice-presidência), Claudio Brandão de Oliveira (2ª vice-presidência) e Carlos Fernando Mathias de Souza (3ª vice-presidência).

Prestigiado por diversas autoridades, o evento foi aberto pelo desembargador Bernadino Machado Leituga, ex-presidente da Instituição, que falou sobre a criação e evolução da entidade ao longo de 33 anos, ressaltando a importante participação do desembargador Roberto Guimarães nessa trajetória.

O novo presidente, que ocupou anteriormente diversas funções no Instituto, falou que, em sua gestão, deseja imprimir a marca da democracia ao IMB. “Seja nas tomadas de decisões quanto aos rumos, trabalhos, providências e condutas a serem tomadas e empreendidas pelo Instituto; na efetiva integração

das regionais estaduais; na interação com as associações e os institutos coirmãos; ou no colóquio franco e produtivo com a mídia”, destacou Guimarães.

Integrante da mesa de cerimônia, o presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, destacou a importância do Instituto na atual situação da magistratura brasileira. “Vivemos um momento muito difícil, em que o planejamento estratégico não pode ser deixado de lado. É através do pensamento de todos que integram este Instituto, e que podem contribuir para o desenvolvimento dessas ações institucionais, que vamos avançar. Certamente, isso significa colocar a magistratura em seu papel de poder de estado”, declarou. Também compuseram a mesa a desembargadora Nilza Bitar (3ª vice-presidente do TJ-RJ), representando a presidente, desembargadora Leila Mariano, e o desembargador Nelson Calandra (presidente da AMB).

CURTAS

Desembargador Siro Darlan e comitiva visitam Degase da Ilha do Governador



Desembargador Siro Darlan falou com os jovens sobre perspectivas de vida quando deixarem o Degase

Em 17 de abril, o desembargador Siro Darlan, acompanhado por uma comitiva da Amaerj e funcionários do TJ-RJ, distribuiu ovos de Páscoa aos internos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) da Ilha do Governador.

O objetivo da visita foi promover uma ação socioeducativa de conscientização dos jovens sobre o futuro que eles podem ter quando saírem da instituição. Durante o encontro, o desembargador Siro Darlan conversou com os rapazes e moças e

explicou o sentido da Páscoa para introduzir o tema central da visita. O magistrado usou como metáfora o renascimento para mostrar que os internos têm a possibilidade de buscar um caminho diferente e ter uma vida digna.

Tribunal aprova auxílio-moradia para magistrados

Projeto ainda será enviado à Assembleia Legislativa

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ-RJ) aprovou o projeto que prevê a instituição de auxílio-moradia para juízes e desembargadores. A proposta ainda reconhece débito do Estado em relação ao pagamento de benefícios retroativos, no período de 2004 a 2012.

De acordo com a presidente do TJ-RJ, desembargadora Leila Mariano, a proposta aprovada pela gestão anterior, previa benefício de 25% sobre o venci-

mento-base de R\$ 24 mil. Em sua administração, o percentual caiu para 18%.

Ainda segundo a magistrada, o benefício, autorizado pelo CNJ, compensaria a falta de reajustes salariais.

O projeto ainda será enviado à Assembleia Legislativa para aprovação. Porém, Leila Mariano informou “que o assunto não está tendo andamento”, por causa das incertezas sobre os royalties do petróleo.

(Com informações de O Dia)

Conto de autoria da juíza Andréa Pachá foi tema de audiência simulada da Ucam

Um dos contos do livro “A vida não é justa”, da juíza Andréa Pachá, diretora do Departamento de Comunicação da Amaerj, foi tema de audiência simulada da Universidade Candido Mendes (Ucam), unidade Ipanema. Realizado em 4 de abril, o evento contou com a presença da juíza Andréa Pachá e professores e estudantes do curso de Direito. Também em abril, a juíza participou do programa Sem Censura (TV Brasil), em debate sobre a Lei da Adoção.



AÇÃO AMAERJ

Presidente da Amaerj Niterói participa de homenagem ao desembargador Gilberto Fernandes

Nome do magistrado integra a galeria “Advogados Vítimas da Violência Urbana”



Cerimônia de homenagem póstuma reuniu familiares e autoridades

O desembargador João Ziraldo, presidente da 1ª Seção Regional da Amaerj, participou, em 17 de abril, da homenagem póstuma ao advogado e desembargador aposentado, Gilberto Fernandes, realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), em Niterói.

A mesa da cerimônia foi integrada pelo presidente da OAB de Niterói, Antonio José Barbosa da Silva; secretário estadual de Desenvolvimento Regional, Abasteci-

mento e Pesca, Felipe Peixoto; secretário municipal de Governo, Rivo Gianini, representando o prefeito Rodrigo Neves; desembargador Cláudio Tavares de Oliveira Júnior, representando a desembargadora Leila Mariano, presidente do TJ-RJ; vereador Bruno Lessa e padre Demétrio Gomes, representando o Arcebispo de Niterói, Dom José Francisco. O desembargador aposentado Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, ex-presidente do TJ-RJ e amigo

pessoal do homenageado, também prestigiou a solenidade.

Durante a cerimônia que reuniu mais de cem pessoas, o nome do homenageado foi incluído na galeria “Advogados Vítimas da Violência Urbana”, que está instalada na sede da entidade desde 2008. Gilberto Fernandes foi assassinado em outubro do ano passado, aos 79 anos, durante tentativa de assalto.

(Com informações da OAB-Niterói)

Luiz Fux permite pagamento parcelado de precatórios

Medida vigorará até que o STF defina o alcance da decisão que julgou inconstitucional a Emenda 62

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, em 11 de abril, que os tribunais de Justiça do País terão que continuar a pagar precatórios normalmente até que a Corte Suprema defina o alcance da decisão que julgou inconstitucional a Emenda 62, apelidada de Emenda do Calote. Na prática, a decisão permite àqueles que vinham recebendo os pagamentos parcelados continuarem a receber. Novos precatórios têm de ser pagos integralmente.

A decisão foi tomada a pedido do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A Ordem entrou com petição junto ao processo

informando que o fato de o Supremo ter derrubado as regras vigentes fez com que alguns tribunais suspendessem o pagamento de precatórios. Ou seja, quem estava recebendo parceladamente, parou de receber.

Os pagamentos devem continuar a ser feitos com base nos critérios da Emenda Constitucional 62, ao menos até que o STF defina o que fazer com os precatórios que já vinham sendo quitados sob essas regras. O plenário ainda discutirá a modulação dos efeitos da decisão.

Luiz Fux determinou, inclusive, que deve ser respeitada a vinculação de receitas para quitar as dívidas de estados e municípios, “sob pena de sequestro”.

O presidente da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, afirmou que “a decisão do ministro relator da ADI impede que a vitória da cidadania seja aproveitada para beneficiar devedores, como alguns pretendiam”.

A determinação de Fux modula os efeitos da decisão do plenário do Supremo, que, em 14 de março, derrubou em parte a Emenda Constitucional 62/2009. A emenda alterou o regime de pagamento de precatórios — títulos da dívida pública reconhecidos por decisão judicial definitiva. Estima-se que cerca de 1 milhão de credores tenham mais de R\$ 90 bilhões a receber de estados e municípios.

(Com informações Conjur)

AÇÃO AMAERJ

Associação busca soluções para problemas em audiências criminais

A principal queixa dos juízes é a deficiência na apresentação de presos nas audiências

Em 17 de abril, o presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, reuniu-se com o secretário de Estado da Administração Penitenciária, coronel Cesar Rubens Monteiro de Carvalho. O tema tratado foi a deficiência na apresentação de presos nas audiências, queixa recorrente dos juízes criminais, principalmente os que atuam no interior.

Durante o encontro, o presidente da Associação ressaltou que “a não apresentação dos presos, ou a apresentação tardia, pode acarretar excesso de prazo na instrução criminal, com a possibilidade de responsabilidade administrativa”. O coronel Cesar informou que está em andamento a aquisição de novas viaturas para o atendimento de todo o Estado.

De acordo com o documento apresentado pelo secretário, em média são empregadas diariamente vinte viaturas do tipo furgão, com capacidade para transportar dez detentos, e um ônibus, que comporta outros 25. Aca-

baram de entrar na linha de montagem 46 furgões, com capacidade para transportar 16 detentos. Está em processo de licitação a aquisição de cinco micro-ônibus, que comportam 20 detentos cada, além de sete viaturas, com capacidade de transporte de seis internos, que foram doadas.

O secretário agradeceu a cooperação do Judiciário, que distribui de maneira eficaz o volume de audiências ao longo da semana, reduzindo assim a concentração nas terças e quintas-feiras. Os representantes das duas instituições concordaram que o aumento da frota contribuirá para minimizar o problema.



Instalada comissão para reforma da Lei de Arbitragem e Mediação

Presidência está a cargo do ministro do STJ Luis Felipe Salomão, ex-presidente da Amaerj



Ministro Luis Felipe Salomão discursando na solenidade que instalou a comissão

Instalada em 3 de abril, pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma da Lei de Arbitragem e Mediação (Lei 9.307/96) começou o seu trabalho.

O grupo de juristas é presidido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, ex-presidente da Amaerj. Para o magistrado, a lei passará por ajustes, de modo a fortalecer a arbitragem como meio alternativo de solução de conflitos. “A proposta é apresentar ao parlamento e ao povo brasileiro um trabalho de vanguarda, consentâneo com a posição que o País hoje ocupa no concerto das nações. Precisamos aperfeiçoar o instituto para

evitar problemas de interpretação que detectamos no Judiciário”, afirmou.

O ministro também ressaltou que o Brasil é reconhecido como grande aplicador da arbitragem e que o guardião desse instituto é o Poder Judiciário, sobretudo o STJ. “Assim, precisamos verificar os pontos que a jurisprudência já sedimentou e adaptar a lei a essa nova realidade”, declarou. Outro ponto destacado pelo presidente da comissão é a necessidade de regulamentar a mediação, de modo a incentivá-la a crescer de maneira ordenada no Brasil.

De acordo com ele, a ideia é colocar em debate questões como a necessidade ou não de especificar quais as causas de direito disponível podem ser

submetidas à arbitragem, a possibilidade e as condições para a administração pública submeter-se à arbitragem e, ainda, os conflitos de competência entre a câmara arbitral e o Judiciário.

O grupo terá 180 dias para concluir a minuta do projeto de lei. A proposta de aperfeiçoamento será submetida à consulta pública pela internet. Depois, serão realizadas audiências públicas com entidades empresariais.

A comissão é composta ainda pelo ministro Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União, a ministra Ellen Gracie, aposentada do STF, e o ex-senador Marco Maciel. Completam o grupo os advogados José Antônio Fichtner, Caio César Rocha, José Rogério Cruz e Tucci, Marcelo Rossi Nobre, Francisco Antunes Maciel Müssnich, Tatiana Lacerda Prazeres, Adriana Braghetta, Carlos Alberto Carmona, Eleonora Coelho, Pedro Paulo Guerra Medeiros, Sílvia Rodrigues Pachikoski, Francisco Maia Neto, André Chateaubriand Martins, José Roberto Neves e Marcelo Henriques de Oliveira.

Além dos componentes da comissão, estiveram presentes à solenidade o senador José Sarney, os ministros do STJ Nancy Andrighi, Humberto Martins, Sidnei Beneti, Jorge Mussi, Mauro Campbell Marques, Marco Aurélio Bellizze e Cesar Asfor Rocha, hoje aposentado.

(Com informações do STJ)

AÇÃO AMAERJ

Associados opinam sobre os critérios de escolha do Diretor do Foro

Maioria escolheu “antiguidade na comarca ou Foro Regional” como a melhor opção

No início de abril, a Amaerj apresentou os resultados da enquete sobre o critério a ser adotado para a escolha do Diretor do Foro. Participaram 142 associados e a alternativa que recebeu o maior número de votos foi “Designação pelo critério de antiguidade na comarca ou Foro Regional”, com 63

votos, o que representa 44% do total.

Com 46 votos (32% do total), a opção “Eleição direta com votação de todos os magistrados da comarca ou Foro Regional” foi a segunda mais votada. A alternativa “Designação livre do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro” (23 votos) e “Desig-

nação pelo critério de antiguidade na carreira” (10 votos), ficaram, respectivamente, em terceiro e quarto lugares.

Até o fechamento desta edição, estava em votação outra enquete, sobre a proposta que atribui ao Tribunal Pleno a promoção de juiz ao cargo de desembargador.

Associações da magistratura reuniram-se com o presidente do STF

Entre os pontos de convergência definidos no encontro está a necessidade de mudanças na legislação penal

O presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, recebeu, em 8 de abril, pela primeira vez, os dirigentes de entidades de classe da magistratura. Pleiteada há meses, com objetivo de apresentar demandas corporativas, a audiência foi marcada por duras críticas aos dirigentes classistas.

Em pelo menos duas vezes, os ânimos se acirraram e Barbosa determinou que os convidados baixassem o tom de voz ou só se dirigissem a ele quando solicitados, além de criticar a presença de pessoas que não foram chamadas.

Logo no começo da audiência, os magistrados disseram que traziam propostas para fortalecer o Estado Democrático de Direito, o que provocou reação de Barbosa. “O senhor acha que o Estado [Democrático] de Direito no Brasil está enfraquecido? Temos seguramente a democracia mais sólida da América Latina. Me causa estranheza pedido para que não haja enfraquecimento”, rebateu.

Também houve mal-estar quando Barbosa citou as investidas das entidades

contra o CNJ e quando ele criticou a tática de usar a imprensa para atacá-lo. O ministro ainda disse que as associações “não podem fazer só o que interessa à classe, mas o que interessa a todo o País”.

Os únicos pontos de aparente convergência foram a necessidade de mudanças na legislação penal para evitar impunidade, o fim de critérios subjetivos para promoção de juízes ou nomeação de ministros e desembargadores e abertura de discussão sobre a retomada do adicional por tempo de serviço, medida que pode evitar o abandono precoce da carreira pelos juízes.

Recentemente, Barbosa provocou reação das entidades ao falar, durante sessão do CNJ, que há conluio entre juízes e advogados. O presidente do STF e do CNJ também marcou posição contra a criação de quatro tribunais federais no País. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 544/2002, que teve como grande articuladora a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), aguarda agora decisão da Câmara dos Deputados.

Na audiência, ao falar do assunto com

o presidente da Ajufe e com os dirigentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Barbosa disse que a expansão da Justiça Federal foi articulada “sorratamente”, “na surdina”.

Para o presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, que concedeu entrevista ao programa Faixa Livre, transmitido pela rádio Band AM dois dias depois da audiência, este foi um episódio muito ruim, “que revela as mazelas da República”, disse ele, que também comentou sobre a divergência relacionada à criação de novos tribunais federais: “(...) o ministro Joaquim Barbosa estava pouco informado, inclusive sobre a matéria que ele estava tratando, porque o próprio CNJ havia aprovado em 2010 uma nota técnica apoiando a criação dos quatro Tribunais Regionais Federais e ele (Joaquim Barbosa) desconhecia este fato e atribuiu às associações”.

(Com informações Agência Brasil e Conjur)

Em artigo, desembargador critica postura do ministro Joaquim Barbosa



Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, do TJ-RJ

O desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, presidente da Comissão Mista de Comunicação Institucional do TJ-RJ, escreveu um artigo sobre as recentes declarações do presidente

do STF, publicado na revista eletrônica *Consultor Jurídico* em 9 de abril.

No texto intitulado “Joaquim Barbosa esquece que vive em uma república”, o magistrado começa lembrando o episódio ocorrido recentemente, quan-

do o presidente do STF chamou o repórter Felipe Recondo, do jornal *O Estado de S. Paulo*, de palhaço e mandou-o chafurdar no lixo. Carvalho segue comentando que, agora, quando ainda nem esfriado o desforo ao jornalista, Barbosa voltou seu destempero contra dirigentes das associações de magistrados.

“Assim agindo, como anfitrião de reunião em seu gabinete, não esqueceu sequer de mandar que um dos interlocutores abaixasse o tom de voz, parecendo esquecido de que vive numa república montada sobre os alicerces do sindicalismo, que tem como guia e liderança maior um ex-metalúrgico, que, aliás, foi o autor da nomeação do temperamental ministro para o STF”, escreveu ele, em um trecho do artigo.

Juristur recebe alunos do ensino fundamental, médio e acadêmico

Programa teve a participação de mais de 130 estudantes no roteiro que reúne conhecimentos históricos e atualidades sobre o funcionamento do Poder Judiciário



Flávia Rodrigues

Através da Amaerj, alunos da Escola Municipal Princesa Isabel, de Santa Cruz, tiveram acesso ao Judiciário do Rio de Janeiro

Nos últimos 30 dias, o programa Juristur/Conhecendo o Judiciário recebeu diversos grupos de estudantes do ensino médio, fundamental e acadêmico.

A programação começou nos dias 25 e 26 de março, quando 22 alunos do curso de direito da Universidade Candido Mendes (UCAM), unidade Padre Miguel, chegaram para a visita. Em 27 de março, foi a vez de dezoito estudantes do 3º ano do ensino médio, do colégio Liceu Franco-Brasileiro, de Laranjeiras. Quarenta e dois alunos do curso de direito da Universidade Veiga de Almeida (UVA), campus Tijuca, foram recebidos pelo Juristur nos dias 1 e 2 de abril. Em 8 e 9 de abril, foram recepcionados dez alunos da Universidade Salgado de Oliveira (Univero), que cursam direito no campus de São Gonçalo.

Em 10 de abril, foi a vez de um grupo de 39 alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Princesa Isabel, de Santa Cruz, que integram o projeto Ginásio Experimental Carioca, da Secretaria Municipal de Educação. “Essa iniciativa é fundamental, maravi-

lhosa! Nós, que somos de Santa Cruz, temos esse problema gravíssimo. O aluno da escola pública não tem perspectiva ou informação, e acredita que as possibilidades para eles são bem menores, ou até inexistentes. Mesmo que eles não venham a ser advogados ou juízes, só em conhecer a estrutura política do País, como funcionam os três Poderes, coisas que não sabiam, e isso vindo de alguém importante como o desembargador Siro Darlan, é fundamental”, declarou Nelson Coutinho, professor da Escola Municipal Princesa Isabel, de Santa Cruz, responsável pelo grupo.

Todas as visitas foram coordenadas pelo juiz Joel Pereira dos Santos, ao lado do desembargador Siro Darlan, da 7ª Câmara Criminal da Capital. O roteiro do Juristur começa pela apresentação do funcionamento do Judiciário fluminense, quando os estudantes têm a oportunidade de tirar dúvidas sobre o funcionamento da Justiça brasileira.

No período, o Juristur também contou com a participação da secretária do programa, advogada Francisca Lima, que explica a rotina do TJ-RJ; do juiz

Luiz Henrique Oliveira Marques, da 1ª Vara de Registro Público da Capital, que falou sobre o projeto “Pai Presente”, idealizado pelo CNJ e coordenado por ele no Rio de Janeiro; do colaborador Marcos Aguiar, que fez uma apresentação sobre a luta mundial dos Direitos Humanos; da museóloga Blanca Dian e da educadora Teresinha Souza, ambas do Museu da Justiça, que guiaram os alunos no roteiro histórico de visita às instalações do antigo Palácio de Justiça e à Biblioteca do TJ-RJ, onde os estudantes têm acesso a documentos históricos. No espaço, os estudantes tiveram a oportunidade de ver a exposição “Crime e Castigo”, atualmente em cartaz.

Em programação alternada, o roteiro de visitas também inclui a Seção Criminal do TJ-RJ, uma Câmara Cível, o Órgão Especial, o Tribunal Pleno e o Tribunal do Júri. Ao final, todos os visitantes fazem um lanche e recebem exemplares da revista *Fórum*, publicação trimestral da Amaerj, do boletim mensal *Amaerj Notícias* e do audiobook Shalom Salam, do desembargador Wagner Cinelli.

Grupo propõe mudanças na resolução sobre concursos para a magistratura

O texto-base da proposta poderá receber sugestões e críticas dos tribunais e escolas de magistratura

O grupo de trabalho encarregado de discutir propostas de aprimoramento da Resolução nº 75 do CNJ, que estabelece regras para ingresso na carreira da magistratura, apresentou, no final de março, as alterações que deverão constar da minuta do novo texto da norma.

O resultado de uma série de reuniões do grupo foi entregue ao conselheiro José Lucio Munhoz, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ. A nova versão da resolução, para entrar em vigor, precisa ser apreciada pelo Plenário do órgão.

O grupo de trabalho foi criado no fim do ano passado, por decisão do conselheiro Munhoz. A necessidade de se alterar a resolução foi identificada a partir dos mais de 100 processos protocolados no CNJ com pedidos de esclarecimentos sobre a

aplicabilidade da norma e recursos contra os concursos para a magistratura.

O grupo de trabalho é coordenado pela juíza trabalhista Morgana Richa, ex-conselheira do CNJ, e suas atividades foram iniciadas com a análise dos processos julgados pelo Conselho e os ainda em tramitação. A partir dessa análise, foram identificados os questionamentos mais frequentes e discutidas as decisões proferidas pelos conselheiros em Plenário.

Compõem o grupo, ainda, representantes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), da Escola Nacional da Magistratura (ENM) e da Corregedoria Nacional de Justiça.

Entre os pontos mais demandados junto ao CNJ estão a ampliação do

quantitativo de candidatos a serem classificados a prestar a segunda prova escrita, o enquadramento de diversos cargos e funções no conceito de atividade jurídica, a obrigatoriedade da realização de curso de formação inicial e a legalidade da previsão do exame psicotécnico. Para subsidiar o trabalho, o grupo também analisou sugestões e informações apresentadas pelos tribunais sobre a aplicação da resolução.

O conselheiro Munhoz explicou que o texto-base elaborado será disponibilizado para receber sugestões e críticas dos tribunais e escolas de magistratura. Além disso, em maio, ocorrerá um seminário para debater as propostas. O texto consolidado será submetido ao Plenário do CNJ. A votação deve ocorrer em junho ou agosto, segundo o conselheiro.

(Com informações da Agência CNJ de Notícias)

TRE-RJ

Tribunal Eleitoral do Rio elege corregedor e novos membros

Os juízes Alexandre José da Silva Barbosa e Alexandre Chini Neto, integrantes da diretoria da Amaerj, foram eleitos membros substitutos



Juiz Alexandre de Carvalho Mesquita, novo corregedor do TRE-RJ

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), desembargadora Letícia Sardas, deu posse, em 1º de abril, ao novo corregedor

regional eleitoral do Estado, juiz Alexandre de Carvalho Mesquita. Candidato único, ele foi eleito para um mandato de dois anos.

Na mesma sessão, o juiz Fábio Uchôa

Pinto de Miranda Montenegro foi empossado como membro efetivo do Colegiado do Tribunal, na classe de juiz de direito. Ele substituiu o juiz Luiz Roberto Ayoub, cujo biênio na Corte encerrou-se em março.

O juiz Fábio Uchôa foi indicado para o Colegiado do TRE-RJ pelos desembargadores do TJ-RJ, que elegeram, na mesma data, dois membros substitutos para a Corte eleitoral, os juízes Alexandre José da Silva Barbosa, membro da diretoria de Defesa de Prerrogativas e Direitos dos Magistrados da Amaerj, e Alexandre Chini Neto, vice-presidente do Conselho da Associação. Eles assumiram as vagas abertas com a saída dos juízes Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo e Gilberto Clovis Farias Matos. (Com informações do TRE-RJ)

Jornada Mundial da Juventude: associados aderem à campanha da Amaerj

Em poucos dias, a iniciativa da Associação já apresentou resultados positivos



Presidente Cláudio dell'Orto foi entrevistado durante visita ao Comitê da JMJ Rio 2013

A campanha da Amaerj em apoio à Jornada Mundial da Juventude (JMJ Rio 2013) alcançou resultados muito positivos em poucos dias. Até o fechamento desta edição, 16 associados haviam colocados suas residências à disposição dos peregrinos que chegarão ao Rio, para participar do evento a ser realizado de 23 a 28 de julho.

A iniciativa da Associação ganhou re-

percussão na mídia, sendo anunciada em reportagem produzida pela TV Redentor News, exibida a 14 de abril. O presidente Cláudio dell'Orto declarou que “é muito importante que a Associação dos Magistrados possa contribuir de alguma maneira com o sucesso dessa Jornada, porque isso é bom para a cidade, é bom para a religião e é bom, principalmente, para as pessoas”, ressaltou na entrevista.

A Amaerj também estabeleceu parceria com a organização da Jornada Mundial da Juventude. Em reunião realizada no dia 8, com Dom Nelson Francelino, coordenador Geral de Hospedagem, o presidente dell'Orto formalizou a oferta da Sede Campes tre da Associação como opção de hospedagem para bispos, padres e freiras. Durante o período da Jornada estará exclusivamente reservada para o evento. Os religiosos ficarão hospedados na sede e contarão com toda a infraestrutura necessária oferecida pela Associação.

Organizada pela Igreja Católica, a JMJ Rio 2013 é o maior encontro de jovens religiosos do mundo, e deverá receber mais de dois milhões e meio de missionários. A Amaerj incentiva que os associados recebam esses peregrinos em casa, apenas oferecendo um lugar onde possam pernoitar, fazer a higiene pessoal e guardar os pertences.

Os magistrados que tiverem interesse em participar podem entrar em contato com a Associação e obter mais informações. O colaborador Marcos Aguiar está apto a responder todas as dúvidas pelos telefones (21) 3861-1124 e (21) 8440-4295 ou o e-mail marcosaguiar@amaerj.org.br.

Fórum de Campo Grande: Amaerj e OAB-RJ buscam soluções

Associados pediram providências em relação à postura de um dos advogados que atuam no Fórum

Em 4 de abril, a Amaerj – representada pelo presidente, Cláudio dell'Orto, e pelo juiz João Luiz Ferraz de Oliveira Lima, membro do Centro de Estudos e Pesquisa da Associação – reuniu-se com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil da seccional do Rio de Janeiro (OAB-RJ), Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky.

O motivo do encontro foi a busca de solução conjunta em relação à postura de um advogado no Fórum de Campo Grande, que, de acordo com relatos de associados, estaria adotando postura ofensiva aos magistrados, servidores e

até com relação a outros advogados.

A Amaerj encaminhou informações sobre a atuação do referido advogado para o exame da equipe que atua no escritório Nilo Batista & Advogados Associados, que presta assistência jurídica à Amaerj.

Como resultado do encontro, Scaletsky comprometeu-se a examinar o caso e adotar providências cabíveis.



Representantes da Amaerj e da OAB-RJ reuniram-se na sede da Ordem para tratar do assunto

Quinto Constitucional: tribunais não poderão estabelecer quórum mínimo

Embora a decisão do CNJ tenha sido tomada na análise de caso de São Paulo, medida será estendida a todos os tribunais brasileiros

O CNJ decidiu, em 5 de abril, que os tribunais brasileiros não podem estabelecer quórum mínimo para a aprovação da lista tríplice destinada ao preenchimento das vagas de desembargador do quinto constitucional.

A decisão foi tomada na 166ª Sessão Plenária, durante a apreciação de Procedimento de Controle Administrativo (PCA), em que o Conselho invalidou o artigo 55, caput, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP). O dispositivo exigia a maioria absoluta dos votos do Órgão Especial para a aprovação dos nomes que compõem a lista tríplice destinada à escolha do quinto constitucional.

Para o conselheiro Wellington Saraiva, relator do PCA 0004132-13.2012.2.00.0000, a exigência de quórum mínimo não é válida, pois é incompatível com a Constituição. “O tribunal tem de receber lista sêxtupla e dela extrair a lista tríplice; só pode recusar os indicados se concluir que eles não preenchem os requisitos estabelecidos pela Constituição. Não é possível devolver a lista porque determinado membro não atingiu o número mínimo de votos”, explicou.

No PCA, o Ministério Público do Estado de São Paulo questionava a legalidade da norma, alegando que o TJ-SP havia devolvido a lista sêxtupla com o argumento de que apenas dois dos nomes haviam obtido aprovação

da maioria absoluta do Órgão Especial. Segundo o relator, permitir que os tribunais recusem os nomes indicados unicamente por não atingirem determinado quórum de votação esvazia a competência constitucional conferida ao MP e à OAB de formar suas listas.

O Plenário do CNJ aprovou proposta feita pelos conselheiros Bruno Dantas e Gilberto Martins de estender a medida para todos os tribunais brasileiros. As cortes serão comunicadas e o Conselho emitirá enunciado indicando a ilegalidade de normas que estabeleçam quórum mínimo para a aprovação dos nomes indicados pela OAB ou pelo MP destinados ao quinto constitucional.

(Com informações do Conjur e da Agência CNJ de Notícias)

NA MÍDIA

Revistas da área de Direito publicaram artigo do presidente da Amaerj

Duas das mais importantes publicações segmentadas deram destaque ao texto que trata das dificuldades enfrentadas pela magistratura

A revista eletrônica *Consultor Jurídico* publicou, em 12 de abril, o artigo do presidente Cláudio dell’Orto intitulado “Ganhou, mas não levou”. Também a revista *Justiça & Cidadania*, na edição de março, deu destaque ao texto em que o autor analisa os desafios da magistratura de carreira para manter uma jurisdição democrática, social e republicana.

De acordo com o magistrado, uma das maiores dificuldades diz respeito à cobrança da sociedade e dos órgãos de controle, sobre o tempo de duração dos processos e o resultado das sentenças.

“Cobram-se decisões rápidas, sem preocupação com a qualidade. Terá cumprido seu papel, para efeitos internos do Judiciário, o juiz que alcançar a produtividade calculada pelos órgãos de controle”, afirma Cláudio dell’Orto. Para ele é preciso que o

CNJ e o Tribunal de Justiça incentivem o juiz a dar concretude às suas sentenças e acabe com a cultura do ganhou, mas não levou, oferecendo

melhores condições de trabalho para os juízes, com servidores treinados e condições adequadas para a execução da sentença.



Páginas da revista *Justiça & Cidadania*, edição de março de 2013

Desembargador Jorge Luiz Habib recebeu homenagem da Câmara Municipal do Rio

Iniciativa partiu da vereadora Tânia Bastos (PRB), em reconhecimento à atuação do magistrado, que preside a 18ª Câmara Cível do TJ-RJ



Desembargador recebeu homenagem das mãos da vereadora Tânia Bastos

Por iniciativa da vereadora Tânia Bastos (PRB), o desembargador Jorge Luiz Habib, presidente da 18ª Câmara Cível do TJ-RJ, foi agraciado com o Conjunto de Medalhas Pedro Ernesto, maior honraria do Poder Legislativo Municipal. A cerimônia de entrega foi realizada no plenário da Câmara de Vereadores, em 12 de abril.

“Hoje, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro presta uma homenagem que muito orgulha a população desta cidade e enaltece esta Tribuna. Pela sua trajetória e exemplo para as futuras gerações, o

desembargador Jorge Luiz Habib é merecedor desta congratulação”, afirmou a vereadora, em seu discurso.

O presidente da segunda Câmara Criminal do TJ-RJ e membro do Departamento de Comunicação da Amaerj, desembargador Antonio José de Carvalho, recordou momentos importantes da amizade com o homenageado, que já dura quase 50 anos. “Cursamos a mesma faculdade. Compartilhamos cinco anos das nossas vidas e seguimos a carreira. Depois de muito tempo, eu era juiz em Campos, enquanto ele era advogado,

e vivia despachando comigo. Quando voltamos a nos reencontrar, ele já era desembargador e eu ainda juiz. Hoje somos desembargadores e continuamos nossa amizade. Estou muito feliz de participar desta solenidade”, disse.

O desembargador Habib exerceu a advocacia durante 28 anos até ser nomeado juiz de Alçada, em 1996. Tomou posse no extinto tribunal de Alçada Cível pelo Quinto Constitucional da Classe dos Advogados da Seccional do Rio de Janeiro. Posteriormente, foi alçado ao cargo de desembargador do TJ-RJ, função que exerce até hoje, na qualidade de presidente da 18ª Câmara Cível.

Logo após receber a comenda, o homenageado agradeceu a todos. “É uma honra muito grande estar aqui hoje. Trabalhei como advogado e resolvi fazer concurso para magistratura porque queria ajudar mais gente através da Justiça. Posso dizer que fazer o bem vale a pena. Obrigado à minha família, aos amigos, pois esta medalha também é de vocês”, disse o desembargador.

(Com informações do site da vereadora Tânia Bastos)

AÇÃO AMAERJ

Presidente do TJ-RJ visita a 1ª Regional da Amaerj

Leila Mariano conversou com os magistrados sobre temas de interesse da classe e participou de cerimônia em homenagem ao juiz Alexandre Chini.

Mais de 40 magistrados participaram, em 12 de abril, da visita da presidente do TJ-RJ, desembargadora Leila Mariano, à 1ª Regional da Amaerj, em Niterói. Na ocasião, a presidente conversou com os magistrados sobre temas de interesse da classe e participou da cerimônia de inauguração do retrato do juiz Alexandre Chini, na galeria de fotos de ex-presidentes da Regional. Após a solenidade, a Associação ofereceu um almoço de confraternização para todos os magistrados presentes, no Restaurante Mocellin.

Participaram do encontro os integrantes da diretoria da Regional: desembargador João Ziraldo (presidente), juíza Beatriz Prestes Pantoja (diretora-executiva), juiz Fabiano Reis dos Santos (diretor-secretário) e as juízas Denise Appolinária dos Reis Oliveira e Jussara Maria de Abreu Guimarães (suplentes), entre outros magistrados.



Retrato do juiz Alexandre Chini foi inaugurado na galeria de ex-presidentes da Regional

Quinto acusado no caso Patrícia Acioli foi condenado a 19 anos de prisão

Outros seis acusados serão julgados, incluindo o mandante do assassinato



Juíza Patrícia Acioli: seu assassinato causou forte impacto no Judiciário fluminense

Realizado a 16 de abril, em Niterói, o julgamento do quinto acusado pelo assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli termi-

nou com a condenação, por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha, do policial militar Carlos Adílio Maciel Santos a 19 anos e seis meses de prisão, além da perda do cargo na corporação.

A irmã de Patrícia, Simone Lourival Acioli, disse que a justiça foi feita. “Estamos satisfeitos porque mais um foi condenado. Agora faltam seis, principalmente o comandante. Só não dá pra ficar feliz, porque minha irmã está morta”, relatou. O júri foi presidido pelo juiz Peterson Barroso Simão, titular do 3º Tribunal do Júri de Niterói, que também esteve à frente no julgamento dos outros quatro réus condenados pelo crime.

O primeiro julgamento foi concluído em 4 de dezembro de 2012. O cabo Sérgio Costa Júnior, um dos 11 policiais militares acusados, foi condenado a 21 anos de reclusão. Em 30 de janeiro deste ano, outros três policiais militares

foram condenados pela morte da juíza: Jefferson de Araújo Miranda recebeu pena de 26 anos; Jovanis Falcão, de 25 anos e seis meses; e Junior Cezar de Medeiros, de 22 anos e seis meses.

O presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, opina que o resultado dos julgamentos foi exatamente o que a sociedade brasileira espera e deseja para casos como esse. “Foram sentenças justas, que aplicaram uma pena adequada, considerando a gravidade da situação. O júri de Niterói está de parabéns pelo trabalho rápido e eficiente. Toda a sociedade e a Amaerj esperam que os demais réus sejam também julgados no menor tempo possível”, afirmou.

Titular da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, a juíza foi assassinada na porta de sua residência, em Niterói, na noite de 11 de agosto de 2011.

(Com informações do TJ-RJ e O Dia)

AÇÃO AMAERJ

Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos fecha nova parceria

Amaerj une-se ao movimento Gabriela Sou da Paz, que também luta pelas causas humanitárias e combate a violência



Denise Appolinária, Marcos Aguiar e Carlos Santiago definem parceria

Em 19 de abril, a juíza Denise Appolinária dos Reis, diretora de Direitos Humanos da Amaerj, reuniu-se com o psicólogo Carlos Santiago, líder do movimento Gabriela Sou da Paz. O tema do encontro foi a segunda edição do Prê-

mio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos, que, neste ano, busca parceria com os movimentos sociais voltados à luta pelos Direitos Humanos e o combate à violência. Durante o encontro foi formalizado o apoio institucional do movimento. O cerimonialista da Amaerj, Marcos Aguiar, também participou da reunião.

O movimento Gabriela Sou da Paz foi criado pelos pais de Gabriela Prado Maia Ribeiro - vítima de uma bala perdida no metrô, em 2003 -, Cleyde Prado Maia Ribeiro e Carlos Santiago Ribeiro, ambos psicólogos. Juntos, com muita força e luta, fizeram uma campanha de mobilização nacional, recolhendo assinaturas para uma emenda popular que altere o código penal eliminando as brechas da lei que permitem com que réus confessos fiquem livres e possam praticar outros delitos. A

campanha de recolhimento de assinaturas para encaminhar ao congresso nacional um projeto de emenda popular começou em 2003, sendo entregues 1,3 milhão de assinaturas em 8 de março de 2006.

A imagem da Gabriela fazendo o símbolo da paz, que deu origem à marca da campanha, surgiu espontaneamente em 2001. Gabriela adorava tirar fotos e tirou uma foto fazendo o símbolo da paz. A família forneceu várias imagens de Gabriela aos veículos de comunicação, mas esta, em especial, ganhou grande destaque na mídia por razões óbvias e perpetuou seu caso. Hoje a imagem da Gabriela e o Movimento Gabriela Sou da Paz são nacionalmente conhecidos.

(Com informações do movimento Gabriela Sou da Paz)

Jogos Nacionais da Magistratura: Amaerj conquista ouro no basquete e no futsal

Associação também se destacou nos esportes individuais, no campeonato realizado pela AMB



Equipe de futsal da Amaerj conquistou a medalha de ouro



Time de basquete também fez bonito e sagrou-se campeão

A Amaerj se destacou nos esportes em equipe, durante o VI Jogos Nacionais da Magistratura, campeonato realizado de 17 a 20 de abril, em São Paulo. A associação conquistou medalha de ouro no basquete, em final disputada com a equipe da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris). Também sagrou-se campeã no futebol de salão, em partida disputada com a Associação Cearense de Magistrados (ACM).

Nas provas individuais, o juiz Hindemberg Brasil Cabral Pinto da Silva foi medalha de bronze no Tiro ao Alvo, modalidade “Pistola”, enquan-

to que o juiz Antonio Augusto G. Baileiro Diniz, foi prata na modalidade “Carabina .38”

A competição, que contou com a presença de 460 magistrados, foi organizada pela AMB e compreendeu 14 modalidades desportivas.

Realizada na sede do Círculo Militar de São Paulo, a premiação foi conduzida pelo presidente da AMB, Nelson Calandra, acompanhado pela Comissão Organizadora do evento. Em seu discurso, ele reafirmou a união e o conagraçamento da magistratura brasileira como o principal resultado dos jogos. Após a solenidade, foi oferecido um jantar de confraternização, animado pela banda Judges, formada por juizes do Rio Grande do Sul.

(Com informações da AMB)

CONVÊNIOS

Novo convênio com Donne Spa Leblon oferece 15% de desconto em tratamentos estéticos

A Amaerj fechou convênio com o Donne Spa Leblon. Especializada em tratamentos estéticos, com diversas opções de massagens faciais e corporais, a clínica também possui serviços de dermatologia clínica, cirúrgica e estética; tratamento ortomolecular; depilação a laser; cirurgia plástica; nutricionista, angiologista, entre outros.

Com uma equipe de profissionais gabaritados, o Donne Spa Leblon conta com a única fisioterapeuta dermato-funcional cadastrada e habilitada no Rio de Janeiro à prática da linfo-energia, que associa manobras inéditas de reativação linfática à estimulação de pontos energéticos chineses, desintoxicando naturalmente o organismo e reequilibrando sua energia vital. A terapia combate eficazmente o estresse, a perda de vitalidade, os distúrbios circulatórios, a celulite e o edema.

O centro estético oferece aos associados 15% de desconto no pagamento à vista, em dinheiro ou cheque; ou 10% de desconto, no pagamento com cartão de débito, de crédito ou cheque pré-datado. Para obter o desconto basta informar o vínculo como associado da Amaerj.



O Donne Spa Leblon fica na Av. Afrânio de Melo Franco 141, sala 502, Leblon. Para mais informações, entre em contato com a clínica através dos telefones: (21) 2422-2830 e 3215-3299.

Apoio

Instituto
JUSTIÇA & CIDADANIA